

Pelo fim dos discursos que ignoram violações

Secretário de Direitos Humanos analisa avanços no Brasil

Marcos Brandão

Marsilea Gombata

À frente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o ministro Paulo Vannuchi promete que o ano será recheado de comemorações pelo aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a começar pela revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos, com participação ativa da sociedade civil. Ao citar os avanços no mundo, Vannuchi acredita que estamos longe de poder comemorar.

Temas que devem vir à tona este ano ainda são sinônimo de vergonha no século 21. Trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes e a homofobia, garante, serão pontos debatidos junto a governo e sociedade até dezembro.

Em entrevista ao JB, o ministro critica as Forças Armadas por não terem aberto os arquivos da ditadura, defende uma política pública de direitos humanos sob pacto interpartidário e critica os discursos "chapa branca" no Conselho de Direitos Humanos da ONU que ignoram as violações existentes.

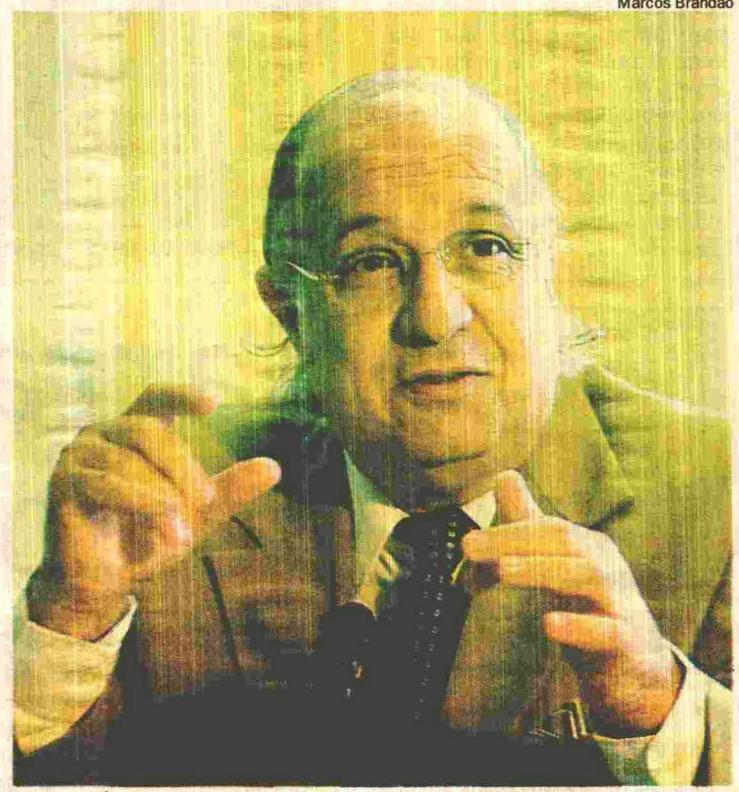
O que significam esses 60 anos da Declaração de Direitos Humanos?

— É a oportunidade para esclarecer sobre temas que discorrem sobre o principal lema de que sob livres e iguais dignidades e direitos nascem os homens. Isso significa que todos têm direito a uma vida digna. Mesmo quando errarem ou cometem crimes não devem ter sua honra agredida. Há 60 anos, o mundo estava perplexo com a capacidade humana, com os mais de 60 milhões de mortos numa guerra de seis anos. Infelizmente o mundo ainda não teve um dia sem guerra no planeta e isso serve para que os governos compreendam a necessidade de reforçar políticas públicas de direitos humanos. A proposta é a sociedade civil organizar ações para a fiscalização do Executivo, Legislativo e Judiciário para proteger direitos humanos. E isso deve ser feito com o papel soberano da sociedade.

Quais passos ainda precisam ser dados no Brasil?

— O desafio na ditadura era poder fazer oposição e ter liberdade de pensamento sem ser cassado, preso, morto ou desaparecer. Hoje não é mais isso. A imprensa tem liberdade de opinião, mas o problema está no resultado de anos de desigualdade econômica e social e o descaso de elites governantes que levaram a um desacordo. Deve haver um projeto que trata a questão de segurança pública não como de polícia, mas de sociedade. Crime não se combate com violência, mas com lei.

Como será a campanha na-



ESTRATÉGIA – Para Vannuchi, crime se combate com lei e não violência

>> Perfil

Paulo de Tarso Vannuchi

Nascido em São Joaquim da Barra, interior de São Paulo, o ex-militante de esquerda tem formação católica-marxista e foi preso na ditadura. Mestre em ciência política, é amigo de Lula desde de 1980, quando começou a trabalhar no PT.

cional sobre os 60 anos que será lançada no dia 25?

— Com o lema *iguais na diferença*, articularemos conceitos de liberdade e igualdade, com pactos sobre direitos políticos e econômico. Não se pode falar de liberdade sem o mínimo de condições econômicas para isso. Senão vira cinismo e hipocrisia. Além de retomarmos temas importantes como erradicação do trabalho escravo, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, em junho, teremos o primeiro encontro nacional GLBT, com a bandeira contra homofobia. A cada três dias morre um homossexual no Brasil.

Você foi torturado na ditadura e participou do projeto de levantamento das mortes da época Brasil Nunca Mais. Como anda a abertura dos arquivos daquele período?

— Aqui há problemas, mas os nossos arquivos sobre repressão são mais extensos do que qualquer país

vizinho. O que não existe aqui é gente presa por ter matado e torturado. A ministra Dilma Rousseff ordenou que todos os ministérios apresentassem material dessa época, mas as Forças Armadas alegaram terem destruído os arquivos. Certamente há documentos que não foram destruídos e só através deles será possível uma reconstrução sobre aquele período. Há expectativa em torno de uma última instância judiciária que resulta no prazo de 120 dias para que as forças apresentem o material da ditadura e novas expedições técnicas à região sejam feitas. Faremos esforços para localizar restos mortais, pois entendemos o direito sagrado e milenar de as famílias receberem seus filhos e materializarem a morte.

De que forma o PT trabalha o exercício dos Direitos Humanos? Há diferenças em relação a governos anteriores?

— Em Direitos Humanos deve haver um pacto interpartidário, de tentar se criar um território que esteja a salvo do duelo e do cenário de conflitos para que as políticas tenham continuidade. Nesse sentido, todos os governos depois do militar deram passos importantes. Só não é mais possível que no Conselho de Direitos Humanos da ONU só sejam feitos elogios ou relatos chapa branca que ignoram as violações que existem em todos os países, dos EUA ao Haiti. Temos de trabalhar para reduzir índices de mortalidade e, também, pelo fim da pena de morte. Enquanto o Estado utilizar a eliminação da vida como punição, não transmitirá ao cidadão a importância do direito à vida.